

# *Morar e viver no Nordeste do Brasil: Fortaleza, séc. XIX.*

Eni de Mesquita Samara<sup>1</sup>  
José Weyne de Freitas Sousa<sup>2</sup>

## RESUMO

Neste texto discute-se as mudanças da população brasileira, na segunda metade do século XIX, no aspecto arquitetônico, analisando os modos de vida, casas, hábitos e costumes, enfatizando especialmente a cidade de Fortaleza. A escolha se justifica pelo fato de existirem poucos estudos que contemplem vilas e cidades brasileiras do Nordeste, durante o século XIX, e também por apresentarem características particulares e regionais.

A pesquisa está baseada em fontes documentais do período, como: Relatórios de Presidente de Província e Estado, Códigos de Posturas, recenseamentos, periódicos da época e memorialistas. Com isso, pretende-se resgatar os vários perfis da cidade ao longo do século XIX, descrevendo os habitantes, as formas de organização dos domicílios e o cotidiano da época, marcado por diferenças sociais, econômicas e culturais que se entrelaçam nas experiências dos diversos sujeitos interligadas através da sua área central com os arrabaldes.

---

## INTRODUÇÃO

No Brasil, especialmente na segunda metade do século XIX, podemos observar mudanças, nos espaços urbanos, configurando uma experiência de modernidade, em decorrência das inúmeras transformações que ocorreram nos âmbitos social, político e econômico. A emancipação, em relação a Portugal em 1822, encerrou o Período Colonial e deu início ao processo de transformações econômicas, com alterações do sistema de trabalho (escravo, livre, meeiro, colono), que culminaram com a abolição da escravatura em 1888. A partir disso, ocorreu a implementação do trabalho imigrante, a expansão da lavoura cafeeira, a industrialização e a incorporação das mulheres ao mercado de trabalho assalariado a partir da segunda metade do século XIX<sup>3</sup>, consolidando um conjunto de novas experiências que passaram a ser vivenciadas pelos habitantes localizados especialmente nas áreas urbanas, como os moradores de Fortaleza, capital do Ceará, localizada no Nordeste do Brasil:



rio Pajeú, que, aproveitando as águas formou os primeiros aglomerados populacionais.<sup>7</sup> Depois veio a Ordem Régia de 1699 e Fortaleza adquiriu importância política que lhe conferiu o papel administrativo, ao se tornar capital da Província do Ceará.

Em seguida, ocorreu a desvinculação administrativa da província do Ceará da de Pernambuco, em 1790, fato que possibilitou a independência econômica e levou Fortaleza a desenvolver o comércio e agricultura, tornando-se um pólo de desafogamento das crises ocorridas na Província, por ocasião de cada seca. Desde a seca de 1877 a cidade passou a ser atingida, no seu perfil demográfico, com a migração de retirantes que fugiam da fome no sertão<sup>8</sup>, levando o governo a criar as Comissões de Socorros Públicos<sup>9</sup> aos desvalidos, atendidos em abarracamentos e muitos não retornavam ao sertão permanecendo nos arrabaldes da cidade.

Na seca de 1877-79, estava em curso a Planta Topográfica da Cidade de Fortaleza e Subúrbios (1875)<sup>10</sup>, elaborada pelo engenheiro suíço-alemão Adolpho Herbster,<sup>11</sup> que substituiu o antigo arruador e intentava, a partir das obras de alargamento das ruas e da construção das avenidas centrais Duque de Caxias, Imperador e Dom Manuel, facilitar o escoamento de mercadorias e o trânsito de pedestres. A partir de traçado semelhante a tabuleiro de xadrez, que eliminava becos e ruelas, facilitava a iluminação e a visualização dos transeuntes, evitando rebeliões e a formação de trincheiras, pois com a Planta de 1875, Fortaleza passou a ter ruas empedradas, três *bulevards*, praças arborizadas, iluminação a gás hidrogênio e casas “(...) bizarramente pintadas e cores alegres, que atraem a simpatia dos visitantes e modificam a intensidade da luz do sol, deliciando a vista com doçura de variegado cambiante.”<sup>12</sup>

Uma avaliação dos impactos da seca de 1877-79 prescinde da recomposição do quadro das condições sociais e históricas, sobre as quais se assentava Fortaleza, na segunda metade do século XIX. No aspecto econômico, os três produtos responsáveis pela composição da pauta de exportações cearenses até 1870, e pela absorção majoritária da mão-de-obra livre e escrava do Ceará, eram: açúcar, café, sobretudo, o algodão. Os dados econômicos do período demonstram a predominância da mão de obra livre sobre a escrava e indicam que o açúcar, o café e principalmente o algodão respondiam diretamente pelo emprego da mão de obra disponível.<sup>13</sup>

Nesse contexto, o Ceará tinha até 1870 o algodão como principal produto agro-exportador e empregava, na maioria, mão de obra pobre e livre, haja vista que a escrava representava percentual pouco significativo. Porém, com a baixa dos preços no mercado europeu e a recuperação da produção da cotonicultura norte-americana, após Guerra de Secessão (1861-1865), a atividade algodoeira cearense ficou inviável e provocou a falência de vários produtores. À desagregação do mercado de trabalho no Ceará juntou-se a seca de 1877-79, provocando a migração em massa para Fortaleza, que tinha em 1876 em torno de 20.000 mil habitantes e, ao final do ano de 1877, cerca de 43.000 mil imigrantes acamparam nos seus arrabaldes. No ano seguinte, 1878, a situação calamitosa alcançou o ápice, quando a população da capital atingiu a cifra espantosa de 124 mil, sendo que, de acordo com Rodolpho Theóphilo, desse total 56.791 “almas” foram sepultadas nos cemitérios de São João Batista e Lagoa Funda.

Com a seca, inúmeras famílias se deslocaram para Fortaleza: homens, mulheres, velhos e crianças que saíam de suas casas, todos os dias e se dirigiam às cidades mais prósperas<sup>14</sup>, agravando a pobreza do homem do campo e repercutindo fortemente entre mulheres e crianças, lançando, nas ruas de Fortaleza, inúmeras levas de desvalidos e acentuando, ainda mais, as contradições sociais prementes da ordem urbana e política no Ceará. A migração de numerosas famílias para a capital cearense e cidades litorâneas, à procura de comida e abrigo, levou a desarticulação do ordenamento familiar cearense, com as famílias passando a morar em abarracamentos e vigiadas pelas Comissões de Socorros Públicos.

Contudo, o recurso ao abarracamento era insuficiente para abrigar todas as famílias desvalidas,<sup>15</sup> resultando na formação de contingentes de órfãos e viúvas desabrigados, que encontraram, na mendicância e no furto, formas de sobrevivência. Esse aumento populacional acarretou problemas de higiene e saúde como a epidemia de varíola que vitimou milhares de sertanejos abarracados, bem como atingiu e acelerou a dinâmica de remodelação e embelezamento com o emprego do trabalho de flagelados, na realização das obras públicas. As secas seguintes 88-89, 1900 e 1915 ampliaram a população dos arrabaldes formada predominantemente de órfãos e viúvas, morando em choupanas e/ou palhoças.<sup>16</sup>

## Planta da Cidade de Fortaleza e Subúrbio - 1875



Fonte: NUDOC/UFC

Na Planta de 1875<sup>17</sup>, identificam-se três espaços populacionais diferentes: a mancha escura da Planta indicava o perímetro central formado pelas avenidas Duque de Caxias, Imperador e D. Manuel, onde residiam as elites e os moradores de condição mediana como professores, amanuenses e pequenos comerciantes. Na parte escura e clara do mapa, viviam os moradores, em ruas esquadrihadas e limpas. Entretanto, nas bordas da Planta, é possível visualizar a presença de órfãos e mulheres viúvas, a chamada *ralé* da cidade que habitava casebres e palhoças.

Fortaleza foi alinhada pela Câmara Municipal em 1875, com 5 km quadrados e 985 metros, com 64 ruas que se dirigiam do norte ao sul, paralelas e alinhadas com 13,33 m de largura cada uma. Possuía ainda três *boulevards* com 22,22 m, as ruas eram empedradas e as casas de agradável construção, com as frentes elevadas sobre as quais estavam colocadas elegantes cimalhas, bizarramente pintadas de cores alegres. A temperatura média era de 26, 7% à sombra e 35° ao sol e a pressão atmosférica de, no máximo, 768,2 e mínima 762,8.<sup>18</sup>

A iluminação era a gás hidrogênio carbonado, desde 17 de setembro de 1867, implementada com a contratação da empresa inglesa Ceará Gás Company Limited, com sede em Londres. As primeiras lâmpadas foram instaladas no dia 7 do mesmo mês, com a iluminação parcial da cidade e de alguns prédios públicos. No início, a companhia instalou 1.607 combustores fincados ao solo e beirando os passeios, com mangas de vidro simples e pequenas, na forma de campânula, com intensidade e foco de 10 velas estearinas. No contrato, em 1893, entre a Câmara Municipal e a firma Pamplona, Irmão & Cia, foi estendida a iluminação elétrica nos estabelecimentos comerciais e nos domicílios.

A cidade contava ainda com 14 praças, muitas arborizadas, com destaque para a do Marquês do Herval, a Praça dos Voluntários da Pátria, doutor Caio Prado, o parque da Liberdade, antiga Lagoa do Garrote, com belo jardim, praça do Ferreira, ao redor da qual floresciam bosques. Havia, ainda, a Praça dos Mártires, Passeio Público, na parte setentrional da Cidade, destacava-se, no horizonte, um cimo de colinas, de onde se podia ver o oceano.<sup>19</sup> A cidade se estendia ao sul e ao oeste, de modo que o viajante Agassiz a descreveu, em 1866, do seguinte modo: “Agradaram-me as suas ruas largas, limpas, bem calçadas. (...) Sente-se aqui movimento, vida e prosperidade. Fora da cidade, o traçado das ruas continua através dos campos (...)”<sup>20</sup>

Segundo o lançamento da décima urbana de 1890, Fortaleza tinha 6.154<sup>21</sup> prédios de tijolos alinhados, alguns sobrados com portas altas e rasgadas até o chão com parapeitos gradeados de ferro. A cidade tinha a divisão paroquial, em duas freguesias, pela Rua Formosa ao longo do percurso, de modo que a parte esquerda para o nascente, compreendia a freguesia de São José e a direita para o poente, à de Nossa Senhora do Patrocínio. A população das duas paróquias, segundo o recenseamento de 1890, era estimada em 35.065 habitantes. A cidade era cortada pela estrada de ferro, construída em 20 de janeiro de 1872, que interligava Fortaleza ao interior com diversas vilas, cidades e povoações num percurso de 262 km e 396m até Baturité. Com o exterior o vínculo era feito pelas companhias inglesas Booth Steam Company Limited e Red Cros Line of Mail Steamers, por vapores que ancoravam mensalmente no porto de Fortaleza.

Em Fortaleza tinha, também, uma companhia de *transways* denominada Ferro Carril Cearense, inaugurada a 7 de junho de 1879, que contava com 11.527 metros correntes de linha, servia a diferentes pontos da cidade

e arrabaldes, como a praia, a Estação do caminho de ferro, da rua do padre Mororó, de Pelotas, da Fábrica de tecidos, do Benfica e o da Estação da Companhia no *boulevard* Visconde do Rio Branco. A comunicação com o sul e o norte do Brasil, assim como com outros países, era feita através do Telégrafo Nacional, que começou a funcionar desde 1878, e pela Western and Brazilian Telegraph Company, inaugurada em 30 de março de 1882.

Para a exportação da produção, o primeiro porto começou a ser construído no dia 10 agosto de 1886, a partir do plano do engenheiro John Hawkshaw, pela companhia do Ceará Corporation Limited, à qual o Governo Geral concedeu 2.500 contos, elevados a 4.000 para sua consecução. A construção do Porto das Dragas permitiu o escoamento da produção algodoeira e a importação de mercadorias estrangeiras, como tecidos finos, porcelanas, artigos de moda e decoração, dinamizando a economia cearense e ampliando a riqueza.

A cidade possuía notáveis edifícios como o Palácio do Governo, vasto polígono, com frentes para a Rua Sena Madureira, Praça do General Tibúrcio, Rua do Rosário e fundos para a rua do Cajueiro da Mentira.<sup>22</sup> Nesse edifício funcionava o gabinete do Presidente do Estado, com: uma sala de entrada, um grande salão nobre, a sala do secretário e da secretária, a do porteiro, duas outras do arquivo e a casa de residência do Presidente do Estado com todos os cômodos.

O monumento de destaque, na cidade, era a estátua do General Tibúrcio, em pedestal de granito cearense, de 20m e 50 cm, feita de bronze fundido, de 2m de altura, e representava a participação, considerada heróica, do General na Guerra do Paraguai (1864)<sup>23</sup>. A estátua foi fundida nas oficinas de Thiebaut Frères de Paris, erguida na praça em 8 de abril de 1888. Por ocasião do combate de 16 de fevereiro de 1892, que derrubou o Presidente da Província, Clarindo de Queirós, foi recolocada em pedestal mais elegante, em 24 de maio de 1893, com planejamento do engenheiro Lúcio Amaral, auxiliado por Ernesto Antonio Lassance Cunha, com direção das obras de cantaria do artista português Manuel Córtes e a fundição feita nas oficinas da Estrada de Ferro de Baturité sob a supervisão do artista José Rocha e Silva.

O exercício parlamentar era no Palacete da Assembléia Legislativa, edifício com dois pavimentos, frontão e arquivo de cantaria, ornando a porta principal, sobre a qual havia sido moldado pesado relevo, representando as

armas imperiais, arrancadas em 1890, para serem substituídas pelo emblema da República. Nesse palacete eram discutidas diversas matérias que interferiam no cotidiano da população residente no estado. Isso ocorria através de leis, decretos e portarias que regulamentavam o exercício policial, a emissão de licenças para funcionários do governo, aprovação do uso de cartilhas no ensino religioso, além de vários outros temas que incidiam diretamente sobre os modos de vida dos habitantes do Ceará e de Fortaleza.

## 2) MODOS DE VIDA: DOMICÍLIOS, MULHERES E FAMÍLIA.

Assim como a Assembléia Legislativa debatia assuntos do Estado, as câmaras municipais decidiam sobre as particularidades de cada cidade. Em Fortaleza foram promulgados vários Códigos de Posturas que regulamentavam os modos de vida da população, nos mais diversos aspectos como: proibição de criar cabras e porcos soltos nas ruas, lavagem de roupas de doentes de “bexiga ou qualquer outra moléstia epidêmica nas ribeiras da Cidade”<sup>24</sup>. Determinava-se, ainda, a construção de calçadas nas frentes das casas, a proibição de cercados e a interdição da construção de casas de taipa e/ou palhoças, “dentro do quadro limitado pelas ruas do Pajeú, livramento e Boulevard do Imperador”,<sup>25</sup> excluindo para os arrabaldes da cidade a população pobre.

As secas que atingiram o Ceará (1877-79, 1888-89 e 1900) reverberaram em Fortaleza, alterando o perfil demográfico e seu modo de vida, pela migração das famílias para a cidade<sup>26</sup>, que passavam o período da estiagem abarracadas e assistidas pelas Comissões de Socorros Públicos. Com o fim das secas, o governo cancelava o atendimento e dava ordens para que os retirantes voltassem para o interior. Acontece que durante a seca, a mortalidade e a migração deixavam como saldo uma população de órfãos e viúvas que entravam na categoria “inválidos” e, por isso, eram excluídos da ordem de retorno ao sertão e terminavam se estabelecendo nos arrabaldes da cidade.

Desse modo, no arrolamento da cidade de Fortaleza, de 1887, havia 17.504 habitantes, residindo em 3.655 fogos, distribuídos por 64 ruas. Essa população estava distribuída da seguinte forma: 7.467 (42,6%) homens, 10.024 (57,2%) mulheres e 13 (0,07%) indivíduos que não traziam designação precisa quanto ao sexo.<sup>27</sup> Formaram-se crescentemente dois

contingentes populacionais: um que habitava a área central da cidade, dispondo dos diversos equipamentos urbanos como: praças, jardins, teatro, cinema, bondes e tráfego por entre ruas arborizadas e limpas. O outro era formado pelas populações de famintos que migraram do interior e viviam em ruas tortuosas, em barracos, sem serviço de abastecimento d'água ou sanitário.

#### Visita de Rodolpho Theophilo ao subúrbio 1904.



Fonte: NUDOC/UFC

Assim, as viúvas se tornaram chefes de seus domicílios e moravam em casebres e palhoças, ao longo do perímetro marginal da cidade. O cotidiano nessas habitações precárias era caracterizado por dois sérios problemas: a recorrência de incêndios e a violência sexual contra as crianças. As mulheres, para sobreviver, trabalhavam no serviço doméstico nas residências da área central, vendiam bolos, doces e carne verde nas ruas. Os vendedores de carne eram perseguidos pela polícia da Província,<sup>28</sup> pois estes competiam com o Sindicato da Carne monopolizado pela família do presidente do estado Nogueira Accioly.

Nos arrabaldes, os incêndios vitimavam diversas crianças, como a menina Luiza que, com dois meses de idade, perdeu pai e mãe na seca de 1877, sendo colocada na dependência da caridade de estranhos, levada para a companhia de Josefa Goyana, que residia numa das várias choupanas, localizadas na extremidade ocidental da rua da Assembléia. Onze anos depois da seca, o jornal *Libertador*, em matéria de 1887<sup>29</sup>, divulgou a notícia de sua morte por queimaduras, num incêndio que consumiu o barraco que habitava. Como Luiza, muitas outras órfãs foram levadas a morar com mulheres da

periferia. Esse processo adotivo não se revestia de trâmites legais porque ocorria fora das vistas do Juizado de Órfãos. A maioria destas as crianças era empregada em serviços domésticos e na prática da mendicância.

Os incêndios ocorriam à medida que se ampliava a área periférica adjacente à Fortaleza, onde eram erguidas habitações precárias e conjugadas. Aspecto que possibilitava a expansão rápida das chamas nos barracos vizinhos.

Os repetidos casos de incêndios, pelas vítimas que faziam, permitiam notar a presença majoritária de mulheres e crianças na composição da população dos arrabaldes. Neste sentido, informa o Relatório da Secretaria de Polícia em 1885, a ocorrência de um incêndio, “Em outra casa de palha, n'aldeota, desta cidade, no dia 30 de Agosto do mesmo anno, resultando a morte de uma velha de nome Josepha, que alli morava. Ignora-se o que provocou o incendio.”<sup>30</sup> Proliferavam-se os incêndios nos arrabaldes da cidade provocando mortes, ferimentos e queimaduras, ampliando os suplícios das famílias maltratadas pela miséria.

Essa realidade evidencia a política marginalizadora dos moradores do subúrbio através da tentativa de bipartir a cidade em centro e periferia. O governo dispunha de duas bombas d'água em perfeito estado, entretanto não as utilizava, deixando esses moradores arderem nas chamas pela falta de um serviço de combate ao fogo. À pobreza a que era submetida a população dos arrabaldes e a profusão de incêndios que transformavam em cinzas os barracos, somavam-se os estupro cometidos contra as crianças.

O governo implementava uma política pública discriminatória, na gerência dos equipamentos urbanos. De acordo com o cronista João Nogueira, o antigo Cemitério da Casuarina cedeu lugar, em 1879, à construção da Estrada de Ferro Fortaleza/Baturité,<sup>31</sup> que simbolizava progresso e modernidade, diferente da necrópole associada à morte, doença e miasma, sendo remanejado para Jacarenga, subúrbio da cidade. O Matadouro Público, também, foi deslocado do centro para os arrabaldes, com o fim de evitar a proliferação de moscas, sangue derramado nas calçadas e o odor de vísceras apodrecidas que se espalhava pela cidade, provocando mal-estar nos moradores.

Desse modo, os espaços da cidade eram definidos a partir do uso social que se lhes queria. Colocava o abate da carne, com seu cheiro fétido e nauseabundo, longe das vistas e ares da elite da Fortaleza bela, limpa e planejada, enquanto os pobres residentes no perímetro marginal

da cidade sofriam com os incêndios e com a violência sexual contra crianças, como o estupro:

de uma menor de 9 anos d'idade, nos subúrbios da capital, por um indivíduo desconhecido que, aproveitando-se da ausência da mãe e da menor, e penetrando na casa, tirou-a à força da rede em que dormia e conduziu-a para o matto, abafando-lhe os gritos. O réo não pôde ser ainda descoberto.<sup>32</sup>

Esse estupro foi praticado no momento em que a mãe estava ausente, situação comum às mulheres do subúrbio que ficavam fora durante o dia, envolvidas em seus diversos serviços, seja no trabalho doméstico ou na venda de doces em seus tabuleiros, pelas ruas principais, ensejando a figura do trabalhador informal.<sup>33</sup> Com isso, as crianças ficavam expostas em barracos com pouca privacidade e segurança, passivas à ação de estupradores e ladrões da própria redondeza, que espreitavam os momentos em que o lar estava desguarnecido para cometerem violências contra crianças indefesas, como a cometida por Vicente Sancho Ferreira Gomes, que estuprou “uma criança de 4 para 5 anos d'idade”<sup>34</sup>, sendo preso em seguida.

O abandono do domicílio no sertão em tempos de seca e a sua constituição nos arrabaldes da cidade por mulheres viúvas, excluídas da ordem de retorno por serem consideradas inválidas, enfrentava a ação do governo estadual e municipal que sequestrava as choupanas destas, atirando-as para debaixo das sombras dos cajueiros. Essa prática foi denunciada pelo deputado João Brígido, em seu discurso na Assembléia Legislativa do Ceará, em 1903.

Quando se pede que, sobrevivendo a família de um empregado público, a esse empregado se prorrogue o crédito para o pagamento a sua família até o fim do exercício, aliás temporário, manda-se, nesta capital, sequestrar impiedosamente as Choupanas às viúvas; e essas choupanas vão a praça, passando as infelizes para a sombra dos cajueiros! Isto se vê diariamente. São sequestradas dez, vinte choupanas e as suas infelizes proprietárias atiradas à rua sem tecto e sem pão.<sup>35</sup>

Era contraditório o discurso do governo que pregava o combate à vadiagem e, ao mesmo tempo, a fomentava, através da perseguição às mulheres viúvas da periferia que tinham seus barracos derrubados. Essas

mulheres passavam a viver debaixo dos cajueiros, pedindo esmolas pelas vias públicas, ampliando ainda mais a gama de indivíduos que sobreviviam do que conseguiam tirar das ruas, por meio da mendicância e do furto, impulsionando a vadiagem urbana adulta e infantil.

Havia na cidade estabelecimentos comerciais e de serviços com destaque para as padarias, os açougues e os quiosques. Os fabris sobressaíam na produção de bebidas e tabaco, com 3 fabriquetas de licores, 5 de vinho de caju e 3 de cigarros, o que apontava para o grande consumo de bebidas e tabaco, praticados nas 174 tavernas, existentes na capital, que chamavam a atenção das campanhas médicas contra o alcoolismo e o vício de modo geral. Esses estabelecimentos diferenciavam a capital cearense das demais cidades do interior e lhe davam um aspecto de urbano, marcado por vícios que não se coadunavam com a presença infantil.

O número de fábricas era pequeno comparado ao de fabriquetas, oficinas e estabelecimentos comerciais e de serviços, de pequeno porte e reduzido número de empregados, mas que ocupava uma fatia maior do mercado. Os estabelecimentos comerciais e de serviços reunidos eram superados pelo setor das oficinas. Desse modo, as crianças órfãs e pobres, denominadas vadias, eram destinadas para esses diversos estabelecimentos. Na alocação da orfandade para esses locais de trabalho havia uma divisão por gênero: os meninos eram empregados nas atividades fabris e as meninas iam para o serviço doméstico.

As atividades fabris relacionadas às artes e ofícios eram realizadas com a participação da família, no próprio domicílio. Dos 229 artistas (artífices), 122 eram chefes do domicílio e 69 filhos do chefe. O aprendizado de um ofício se dava na própria família. Embora existissem oficinas que funcionavam no próprio domicílio e o oficial empregava os próprios filhos, havia aprendizes artífices provenientes do Congresso de Ciências Práticas,<sup>36</sup> da Colônia Cristina e do Juizado de Órfão da Capital que entregavam os órfãos a contrato de soldada.<sup>37</sup>

No comércio destacava-se a figura do caixeiro, com predomínio do masculino, evidenciado pelos 202 caixeiros, sendo 194 do sexo masculino e apenas 8 do feminino. Contudo, o caixeiro, chefes de domicílio (54) não era um número tão grande quanto do setor fabril. Nesse setor, a família também trabalhava junta com 55 membros filhos do chefe, mais a presença de agregados e fâmulos.

Não é possível precisar quantos estavam em cada setor, contudo as oficinas, tanto pela sua grande quantidade, quanto pela declarada postura das autoridades judiciais e governamentais em remanejar, através de contratos de soldada, a infância desvalida para esses estabelecimentos se constituía numa via de destino da infância pobre. Nesse ponto, o Congresso de Ciências Práticas atendia e formava crianças pobres, vindas da periferia da cidade, mas que não necessariamente eram acusadas de vadiagem. Já as crianças destinadas às oficinas pelo Juizado de Órfãos da Capital, não recebiam treinamento prévio, que ficava a cargo do tutor ou contratante que realizaria na própria oficina.

Desse modo, a forma utilizada pelo governo e demais autoridades, sob a alegação de “recuperar” e “regenerar” a infância vadia era, destiná-la à tutela de uma família, com o fito de alterar o modo de vida das crianças que perambulavam pelas ruas.

### 3) O MOVIMENTO DAS RUAS: VADIOS, PROSTITUTAS, MENDIGOS E LOUCOS.

Diante da vadiagem infantil, mendicância, prostituição<sup>38</sup> e a presença de loucos na cidade, sempre maior a cada *razia* da seca, o olhar médico-higienista efetivou uma política de construção de espaços arejados e assépticos como os Asilos de Mendicidade e Alienados, em 1886, localizados em Parangaba, longe de Fortaleza, destinados aos “loucos e mendigos, considerados incompatíveis com a racionalidade produtiva imposta pela nova ordem urbana.”<sup>39</sup>

A vadiagem representava um problema sério para os moradores de Fortaleza que denunciavam sua prática às autoridades policiais. Quem incomodava a ordem e o sossego público era chamado a assinar um termo de bem-viver. A vadiagem constituía a não observação das definições de comportamento no espaço público e privado, estabelecidas nos códigos de posturas. Foi o caso de Felismina Maria das Neves, acusada pelos guardas cívicos, sargento Adolpho Leonel da Cunha, Luis Ferreira Campos e o inspetor do quartelão que:

Provaram ser a mesma accusada emcommodadora da ordem e sugego publico; ordenou por sua sentença que se acha a fls 7 dos respectivos autos do processo, que a mesma accusada assignasse termo de bem-viver, afim de que mais não perturbe a ordem e a moralidade publica, sujeitan-

do-se a multa de trinta mil reis e a trinta dias de prisão na cadeia publica desta capital<sup>40</sup>.

A polícia, contudo, não restringia sua atuação às desordens ocorridas no espaço da rua, também observava aquelas que se davam no interior dos domicílios, com o objetivo de coibir a prostituição e violência doméstica, como o caso de José Francisco dos Santos acusado de maltratar a esposa dizendo-lhe “palavras deshonestas perante o publico”<sup>41</sup>, pelo que foi obrigado a assinar um termo de bem-viver “afim de que não mais continue a maltratar sua mulher e por este modo escandalizar ao publico na rua em que mora”<sup>42</sup>, sujeito, ainda, a multa de trinta mil réis e a trinta dias de prisão na cadeia pública da capital, caso descumprisse o termo assinado.

Os termos de bem-viver feitos entre 1881 e 1894, eram um recurso utilizado pela polícia para reger a vida dos moradores de Fortaleza, tentando assegurar a ordem e a tranqüilidade tanto no espaço da casa quanto da rua. As pessoas que gritavam e proferiam xingamentos, em público ou em seu domicílio, eram chamadas à chefatura de polícia. Esse tipo de comportamento se aproximava da vadiagem, como aconteceu com Raimundo Ribeiro da Silva, chamado à presença do delegado, que perante testemunhas “provaram ser o mesmo accusado bebado por habito, viver de furtos e não ter domicilio certo e ser verdadeiro vagabundo.”<sup>43</sup> Desse modo, embora perturbar a tranqüilidade pública e proferir palavras imorais pudesse ser associado a vadiagem, o verdadeiro vagabundo era aquele que não tinha officio, domicilio certo e ganhava a vida por meios ilícitos.

Assim como Raimundo Ribeiro da Silva, muitos outros eram denominados de “verdadeiros vagabundos” e, a princípio, o que os tornava parte dessa categoria social, era beber habitualmente, cometer furtos, e não ter domicilio certo. Situação semelhante passou Vicente Ferreira Lima, acusado de ser “bebado por habito, perturbador da ordem publica, não ter domicilio certo, viver de furto alheio, e ser por este modo considerado verdadeiro vagabundo. “O accusado foi obrigado a assinar um termo de bem-viver em que se comprometia “pegar-se em huma occupação honesta, onde possa ter domicilio certo; e d’isto dar sciencia a esta mesma delegacia.”<sup>44</sup>

A vadiagem adulta e infantil era semelhante, contudo a forma de tratá-las diferia significativamente. Enquanto os adultos eram obrigados a assinar termos de bem-viver e sujeitos à prisão pelo seu descumprimento,

para as crianças que vagavam pelas ruas as dificuldades eram maiores. A infância não era vista como capaz de cumprir termos feitos com a polícia. Para as crianças havia instituições e maneiras próprias de tratá-las. Contudo as medidas eram limitadas e o resultado disso ocasionava a presença de multidões de meninos e meninas órfãos e pobres vivendo nas ruas da capital do Ceará.

Nesse período, a política era dominada pelos membros do Partido Republicano, antigo partido conservador, da oligarquia do comendador Nogueira Accioly, ocupando os principais cargos do governo com parentes e familiares, assim garantindo a permanência no poder, através da eleição de pessoas da família ou cooptadas por ela. O exercício do poder era caracterizado pela rede de favores políticos sustentada nos potentados rurais, distribuídos pelo sertão cearense, que lhes garantiam votos e a coerção dos adversários que ameaçavam seu comando político.

Em Fortaleza, contudo, Accioly enfrentava resistência de diversos membros de destaque da sociedade, como Rodolpho Theophilo, que denunciava os desmandos, ou João Brígido, que lhe dirigia críticas na Assembléia Legislativa, onde ocupava a cadeira de deputado, e no Jornal Unitário do qual era proprietário e redator. Accioly e a oligarquia toleravam mal os ataques desferidos contra seu governo e retrucava, no periódico A República, ligado a sua administração. Sua parentela controlava o Mercado Público e o Sindicato da Carne e, por essa forma, seu principal problema era os vendedores de carne verde vindos de lugares vizinhos, como Parangaba e Mecejana. Accioly contava com a polícia e a Guarda Cívica para perseguir e prender os vendedores. Theophilo relata uma dessas perseguições:

Estava eu bem calmo e despreocupado quando ouço um tropel de uma pessoa que corria de casa a dentro.

Saio ao encontro. Esbarrei-me com uma mulher do povo perseguida por um homem, também do povo, que me vendo, já estava dentro da sala de entrada, estacou.

Com um simples lance de vista compreendi de que se tratava: a mulher era uma vendedora de carne e o homem um soldado disfarçado.

Perguntei ao homem quem elle era. Disse-me ser um soldado da Guarda Cívica e que andava tomando a carne que entrava de Parangaba, por ordem do Sr. Commandante.<sup>45</sup>

A Guarda Cívica e a polícia estavam empenhadas em enfrentar os vendedores de carne que competiam com o Sindicato da Carne, atuando disfarçada, percorrendo os caminhos de acesso a Fortaleza, atacando e ferindo diversas pessoas suspeitas desse comércio. Além da ameaça econômica, havia a política. Em 13 de abril de 1904, um episódio confirmou que a polícia tinha um caráter acentuadamente político, pois o olhar e o ouvido policial estavam treinados para identificar os inimigos da oligarquia Accioly:

Ante-hontem, das 11 para as 12 horas da noite, na Praça do Ferreira, aonde se demorava com outros rapazes do comércio, foi brutal e criminosamente agredido o Sr. João Fernandes de Almeida Junior, empregado da Pharmacia Pontes, moço de família, por um grupo de soldados de polícia, pelo simples facto de haver declarado que se fosse eleitor votaria no General Piragibe.

Arrastado ao posto policial foi barbaramente espancado e hai obrigaram-no a assignar um papel que não sabe o que continha e ameaçado de fazer a fachina como criminoso.<sup>46</sup>

A polícia atacava os chamados “filhos de família” como João Fernandes de Almeida Júnior, por ter-se declarado eleitor do general Piragibe, o que contrariava os interesses do governo. A polícia, portanto, tinha um papel político na repressão dos inimigos da oligarquia e na defesa dos interesses econômicos do governo perseguindo os vendedores de carne verde.

As famílias de Fortaleza viam com reprovação essa prática policial e política que perseguia e atacava seus filhos, por exporem suas opiniões políticas em público, deixando livres as turbas de menores que as atacavam cotidianamente. A família era o oponente principal das crianças que viviam nas ruas de Fortaleza. Ela representava moralidade e civilização, responsabilizando-se pela denuncia da presença e das práticas da infância na rua, consideradas vadiagem. A população recorria à imprensa pedindo e denunciando a tangência do olhar policial:

#### VAGABUNDOS

Não a muitos dias fizemos ver á polícia, à cega polícia do sr. Accioly, que em todos os cantos da cidade se reuniam grupos de meninos, rapasolas, a mór parte vendedores de tabuleiros, a desenvolverem infrene jogatina em que desapareciam os apuros da venda de que eram incumbidos.

Continúa na mesma vida essa orda de vagabundos que, em prática tão pernicioso e constante, se preparam desde já para maiores surtos no vício em futuro próximo.

Ainda uma vez chamamos a atenção das autoridades policiaes que esquecendo os meninos de hoje preparam, por si, grandes trabalhos com os homens d' manhã.<sup>47</sup>

Primeiro, o artigo chama a atenção da polícia pedindo que volte seu olhar para os grupos de meninos que circulavam em todos os cantos da cidade. Muitos desses trabalhavam para algumas pessoas, na venda de produtos domésticos, como doces e fabris como pedaços de tecidos, botões, agulhas etc. Além disso, os meninos se reuniam para jogar, vício que, na perspectiva da imprensa, os levaria a se tornarem problema maior, no futuro, quando adultos. A polícia, entretanto, parecia não vê-los, pois eles ainda não haviam se tornado um caso de polícia. É o que se pode notar após 1915, ao se começar a gestar transformações nessa experiência urbana, perceptíveis através da mudança da principal forma de representá-los; de "vagabundos" para "delinquentes."

O cotidiano da criança órfã e pobre foi marcado por momentos de conflito com as crianças que se divertiam atacando os transeuntes que se dirigiam ao bonde e que passeavam pelas praças, ruas ornamentadas, calçadas ladrilhadas, edifícios públicos construídos em *neoclássico*, *décor* e *art nouveau*, como espectros da modernidade. Os moradores que se dirigiam ao Bonde fossem membros das elites, medianos ou pobres, a despeito de seus poucos recursos, vestiam com paletós e gravatas curtas, do tipo borboleta, para postarem-se em público.

As crianças da Companhia da Russega, grupo de crianças que cometiam assaltos pela cidade,<sup>48</sup> e os meninos que não atuavam em bandos de modo mais organizados, mas que viviam, na rua, atirando pedras nos transeuntes, tencionavam o panorama urbano. Os homens e mulheres tinham que se conter, pois o autocontrole era a capacidade de se portar de modo a não ceder a impulsos como uma característica do processo civilizador.<sup>49</sup> Ainda nesse ponto, a rua e os seus personagens (mendigos, vadio, loucos) criam um ambiente em que a noção de civilização como autocontrole, é constantemente testada e posta no limite entre o conter-se e o reagir.

Além das crianças desvalidas, que perambulavam pelas ruas, havia os carregadores de quimoa que transportavam dejetos orgânicos das casas

dos moradores até praia, onde eram despejados. Um dos mais populares quimoeiros de Fortaleza se chamava Romão:

Antigamente, a garotada perseguia-o, gritando-lhe o nome e rimbando-o com termos sujos em ão. Revidava com as piores obscenidades, rodopiando o varapau. Agora já não fala mais, grunhe como um porco, arrastando-se escorado ao pau, ao longo das paradas. Pobre homem que a circé da desgraça metamorfoseou em bicho!<sup>50</sup>

Os espaços da cidade tornaram-se ponto de conflito. A Lagoa do Garrote é um exemplo disso, pois seu uso para banhos passou a ser contestado pelo discurso moralizante que via nos homens e crianças que se banhavam na lagoa motivo de atentado à moral das famílias, que pelo período da manhã iam dar seus passeios. A noção de família, como instituição sagrada e mantenedora da moral e dos bons costumes, era utilizada pelos jornais para mostrar a incompatibilidade entre os vadios que se banhavam na lagoa e as famílias que transitavam pelas proximidades.

#### Reclamações

Famílias que costumam dar o seu passeio matinal pelas imediações da lagoa do Garrote, veem-se privadas desse prazer, porque até alto dia, vadios de todas as idades banham-se adamicamente vestidos ali.

Pedimos, pois, a quem competir que estenda àquella lagoa as providencias em vigor em relação ao Pajehú.

- Chamamos a atenção da Camara Municipal.<sup>51</sup>

O empenho da população em proibir os banhos, em lagoas e rios, contrariava uma prática popular comum no Brasil, em meados do século XIX, como aponta Gilberto Freyre "Os pobres tomavam banho nos rios, sob as vistas públicas. Desembarcando no Pará, o norte-americano John Esaias Warren foi atraído pela naturalidade com que as pessoas se banhavam e nadavam no rio."<sup>52</sup> Esse costume se chocava com as famílias que, sob o discurso de moralização social, excluía da cidade as populações pobres.

A presença de mendigos nas ruas era significativa e resultava da formação de contingentes de pobres. Eles ocupavam os pontos estratégicos da cidade, como igrejas, ruas movimentadas, lugares de passeio, onde expunham suas chagas e pústulas para provocar a comoção e a caridade pública.

A construção do Asilo de Alienados São Vicente de Paulo baseava-se no discurso médico, social e político que via a loucura como um problema de ordem urbana, em que a pobreza estava sujeita à intervenção racionalizadora e disciplinar da sociedade. Desse modo, no discurso do Presidente da Província do Ceará, Miguel Calmom du Pin Almeida, os loucos eram retirados do convívio familiar e das cadeias da capital e do interior, “necessária condição de garantia social [...] De hoje em diante escapam eles daquela monstruosa associação em que coabitavam a insânia e o crime”.<sup>53</sup> Esse discurso patológico que preconizava o isolamento dos loucos, sob uma falsa premissa assistencialista, estendia-se aos mendigos, velhos, vadios e prostitutas recolhidos em orfanatos, cadeias e colônias correcionais.

\* \* \*

As secas fazem parte da vida da população de Fortaleza, nesse período e, sem dúvida, determinam muito do que ocorreu no seu perfil demográfico e no comportamento dos habitantes. Assim, torna-se imprescindível compreendê-las para melhor visualizar o movimento da cidade e o contingente de desvalidos e marginalizados. Acompanhando tudo isso, vem a prostituição, a mendicância, a vadiagem adulta e infantil e a conformação habitacional, nos arredores da cidade. E é por isso que Fortaleza se estabelece como pólo de assistência aos retirantes da seca, intermediando, em muitos momentos, a sua migração para outras partes do país.

Os significados de tudo isso, permeiam o cotidiano e as vivências de uma população que expõe o caráter excludente da cidade. O próprio plano arquitetônico é um forte exemplo do modo como se constituem os espaços de socialização e as áreas de conflito.

Para se compreender os modos de vida da população de Fortaleza, no século XIX, torna-se imprescindível considerar as secas como um fenômeno social para a compreensão da formação do contingente de desvalidos, marginalizados que tomaram de assalto as ruas da capital do Ceará e do Nordeste. Isso expunha as mazelas de um planejamento urbano discriminatório e de uma política de cunho oligárquico que alijou a população cearense da participação política e da conquista de benefícios sociais.

## NOTAS

- 1 Diretora do Museu do Ipiranga (Museu Paulista) e Professora Titular do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo/FFLECH.
- 2 Doutorando em História Econômica pela Universidade de São Paulo/USP.
- 3 Sobre isso vide: PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. 8.ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1965.
- 4 Todos esses diversos fatores contribuíram para o aumento populacional de Fortaleza que “em 1887, chega a cerca de 30 mil habitantes, e em 1900 atinge a marca de 50 mil.” Sobre isso vide: PONTE, Sebastião Rogério. Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf Editora Ltda., 1993, p.36.
- 5 THEÓPHILO, Rodolpho. Variola e Vacinação no Ceará. Ed. fac-similar, 1997.
- 6 A presença de mulheres chefiando domicílios no século XIX (36%) contrastava com a noção de família patriarcal divulgada por Gilberto Freyre no qual o homem ocupava a chefia do domicílio. Sobre isso vide: FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro, Record, 1995.
- 7 MENEZES, Antonio Bezerra de. Descrição da Cidade de Fortaleza. Fortaleza: Edições UFC/ Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1992, p.36.
- 8 NEVES, Frederico de Castro. A Multidão e a História: Saques e outras ações de massa no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fortaleza/CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.
- 9 APEC - Relatório com que o Exmo Sr. Conselheiro André Augusto de Pádua Fleury passou a administração da Província do Ceará ao Exmo Sr. Senador Pedro Leão Veloso no dia 1.º de Abril de 1881.
- 10 PONTE, Sebastião Rogério Barros da. Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930). – Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf, Editora Ltda, 1993, p.3.
- 11 O arquiteto, historiador do urbanismo cearense, Liberal de Castro observa que com relação aos 3 bou-lewards (Imperador, Dom Manuel e Duque de Caxias) houve intensão da parte de Herbster de incluí-los na sua planta por imitação das reformas urbanas realizadas em Paris pelo Barão de Haumann, em meados do século XIX. Projetava com isso estabelecer um entrecruzamento viário de grandes avenidas, provocando a “devastação de grandes áreas, tendo o duplo objetivo de embelezar a cidade e o de ante-por um sistema seguro contra a organização de barricadas, que usavam o velho emaranhado das ruas”. CASTRO, José Liberal de. Arquitetura Eclética no Ceará. In: FABRIS, Annateresa(org) Eclétismo na arquitetura Brasileira. São Paulo, Nobel, Edusp, 1987, p.214.

- 12 MENEZES, Antonio Bezerra de. Op. cit., p.36.
- 13 PINHEIRO, Francisco José. *A Organização do Mercado de Trabalho no Ceará (1850-1880)*. Dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1990.
- 14 THEÓPHILO, Rodolpho. *História das Secas no Ceará. (1877-1880)*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.
- 15 Sobre isso vide: SOUSA, José Weyne de Freitas. *Artífices, Criadas e Chicos: as experiências urbanas das Crianças órfãs e pobres em Fortaleza (1877-1915)*. Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 2004.
- 16 Ibidem.
- 17 Essa planta de 1875 tinha um caráter projetional, pois pretendia projetar mudanças e reformas na cidade que só poderiam ser vistas na planta de 1888. Sobre isso vide: MOTA, Felipe Ronner P. Imlau. *Progresso, Calamidade e Trabalho: confrontos entre cidade e sertão em fins dos oitocentos (Fortaleza 1850-1888)*. Dissertação de Mestrado, PUC, 2003.
- 18 MENEZES, Antonio Bezerra de. Op. cit.
- 19 Ibidem.
- 20 Agassiz, "A Journey in Brazil", 1866. Apud: PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. – Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf, Editora Ltda, 1993, p.3.
- 21 APEC - Livro de Lançamento da Décima Urbana de 1890.
- 22 O Cajueiro da Mentira estava localizado na Praça do Ferreira e nele eram afixados cartazes a cada 1.º de abril, trazendo mentiras sobre os moradores. Essa brincadeira popular terminou com o corte do cajueiro em 1925, em decorrência da reforma do Praça.
- 23 A Guerra do Paraguai foi um conflito entre que envolveu numa aliança Brasil, Uruguai e Argentina contra o Paraguai de Solano Lopez, iniciado em 1864 e terminado em 1870. Sobre isso vide: CHIAVE-NATO, Júlio José. *Genocídio Americano: a guerra do Paraguai*. São Paulo: brasiliense, 1979.
- 24 APEC - Códigos de Posturas de 1867. Regulamento e Instrução da Província do Ceará no ano de 1867. Fortaleza, Coleção dos Atos Legislativos, 1ª Legislatura, tomo III, p.34-39.
- 25 APEC - Códigos de Posturas. Resolução n.º 1682 de 2 de setembro de 1875, n.º 27. , manda publicar diversos artigos de posturas da Câmara Municipal da cidade de Fortaleza.
- 26 Além da migração das várias cidades do Ceará para Fortaleza havia migração para fora da Província. Sobre isso vide: MORAIS, Viviane Lima de. *As Razões e Destinos da Migração: trabalhadores e emigrantes cearenses pelo Brasil no final do século XIX*. Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 2003.
- 27 APEC - Arrolamento da Cidade de Fortaleza e Subúrbios de 1875. Este arrola-

- mento divide-se em 5 livros (382, 383, 384, 444, 355), referentes às freguesias de Nossa Senhora do Patrocínio e São José, delimitadas pela rua Formosa, com a parte esquerda ao nascente pertencente a Freguesia de São José e a direita para o poente a de Nossa Senhora do Patrocínio. O arrolamento traz informações como nome do chefe, da rua e número do domicílio e a denominação de becos, praças e ruas.
- 28 CORREIA, Daniel Camurça. *Öi, Tá Vendo!: O cotidiano dos trabalhadores das ruas da cidade de Fortaleza (1877-1910)*. Dissertação de mestrado defendida na PUC/SP, 2003. Este autor estuda o uni-verso do trabalho informal, caracterizado por carregadores de quimoa, cadáveres e vendedores de águas, frutas, doces e salgados; refletindo sobre seus costumes e a prática sanitária disciplinadora do poder público.
- 29 BPGMP - Setor de Microfilmagem: *Jornal Libertador*, 1887.
- 30 APEC-Relatório da Secretária de Polícia de em 31 de Janeiro de 1885. n.º 98.
- 31 NOGUEIRA, João. *Fortaleza Velha*. Fortaleza, Edições UFC/PMF, 1980, p.76.
- 32 APEC-Relatório da Secretaria de Polícia, em 31 de 1885, n.º.
- 33 CORREIA, Daniel Camurça. Op. cit.
- 34 APEC-Relatório da Secretaria de Polícia, em 31 de Janeiro de 1885. N.º 98.
- 35 APEC-Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, organizados pelos taquígrafos Pedro Antello e Bacharel Alfredo Tavares Cordeiro Campos. 3.ª Sessão da 6.ª Legislatura, ano de 1915.
- 36 O Congresso de Ciências Práticas foi fundado por Antônio Bezerra de Menezes em 1893.
- 37 Os Contratos de Soldada eram similares aos Termos de Tutela feitos pela Colônia Cristina. Em ambos havia o pagamento de um soldo ao órfão ou órfão depositado em conta na Caixa Econômica.
- 38 Sobre a prostituição no Nordeste do Brasil vide: SAMARA, Eni de Mesquita e LOPES, Eliane Cristina. *Família, mulheres e prostituição no Nordeste do Brasil*. Fortaleza, século XIX. In: CICERCHIA, Ricardo. (org.) *Formas Familiares, procesos históricos e cambio en América Latina*. Quito (Equador): Ediciones Ayala, 1998, p.149-175.
- 39 PONTE, Sebastião Rogério. Op. cit, p.3.
- 40 APEC – Termos de Bem-Viver, Livro 17. Fortaleza, 29 de novembro de 1881.
- 41 APEC – Termos de Bem-Viver, Livro 17. Fortaleza, 29 de novembro de 1881.
- 42 APEC – Termos de Bem-Viver, Livro 17. Fortaleza, 29 de novembro de 1881.
- 43 APEC – Termo de Bem-Viver. Livro 17, Fortaleza, 29 de novembro de 1881.

- 44 APEC – Termos de Bem – Viver. Livro 17, Fortaleza, 29 de novembro de 1881.
- 45 THEÓPHILO, Rodolpho. Libertação do Ceará: queda da oligarquia Acioly. Edição fac-sim. – Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001, p. 63-64.
- 46 BPGMP-Setor de microfilmagem: Jornal do Ceará, 15/05/1906, p.3.
- 47 BPGMP - Setor de Microfilmagem: Jornal do Ceará, 15/05/1906, p.3.
- 48 A denominação desse grupo de Russega ocorreu em alusão aos instrumentos que eles usavam para furar sacos de grãos (feijão, arroz e farinha) e/ou para ameaçar transeuntes. A russega é um instrumento metálico, pontiagudo com orifício utilizado pelos comerciantes para verificar a qualidade dos grãos sem ter que abrir ou rasgar o saco. Contudo, esse instrumento nas mãos dos meninos passou a ser utilizado como uma arma e símbolo de seu agrupamento. Sobre isso vide: SOUSA, José Weyne de Freitas. Op. cit.
- 49 BPGMP – Setor de Microfilmagem: Jornal do Ceará, 05/06/1904, p.2.
- 50 BPGMP - Setor de microfilmagem: Jornal Libertador, 04/06/1907, p.4.
- 51 BPGMP - Setor de Microfilmagem: Jornal Libertador, 04/06/1907, p.2.
- 52 FREYRE, Gilberto. Vida Social no Brasil em meados do século XIX. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1977.
- 53 BPGMP - Setor de Microfilmagem: Jornal Cearense, 02 de março de 1886, p.1.

#### FONTES

#### IMPRESSOS

- ACERVO: Arquivo Público do Estado do Ceará. FONTES: Administração Oficial.
- Relatório com que o Exm. Sr. Dezembargador Francisco de Farias Lemos passou ao Excelentíssimo Sr. Dezembargador Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa a Administração da Província do Ceará em 10 de janeiro de 1877.
- Fala com que o ex. mo sr. dr. José Júlio de Albuquerque Barros, presidente da província do Ceará, abriu a 1ª sessão da 24ª legislatura da Assembléia Provincial no dia 1 de novembro de 1878. Fortaleza, Typ. do Pedro II, 1877.
- Relatório apresentado á Assembléia Legislativa do Ceará na sessão ordinária de 1881, pelo presidente da província, Senador Pedro Leão Veloso. Fortaleza, TYP. Cearense, 1881.
- Relatório apresentado ao Exmº Snr. Presidente do Estado do Ceará Dr. Pedro Augusto Borges pelo Secretário dos Negócios do Interior Pedro Augusto Borges pelo Secretário dos Negócios do Interior Miguel Ferreira de Mello em junho de 1903.
- Relatório apresentado ao EXM. SNR Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly Presidente do Estado do Ceará pelo Secretário de Estado dos Negócios do Interior José Pompeu Pinto Accioly em junho de 1908.
- Relatório da Repartição dos Negócios da Marinha Apresentado a Assembléa Geral

- Legislativa na Primeira Sessão da Décima Nova Legislatura pelo Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha, Luiz Filipe de Souza Leão. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional 1885, nº. do livro: 132 – B. Biblioteca do APEC.
- Fala com que o exmo sr. senador Henrique Francisco D’Avila, presidente da província do Ceará, abriu a 2ª sessão da Assembléia Legislativa Provincial no dia 15 de julho de 1889. Ceará, Typ. [sic] da Gazeta do Norte, 1889.

#### OBRAS DE ÉPOCA

- THEOPHILO, Rodolpho. *Variola e Vacinação no Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara. (Fac. Sim. de ed. publicada em 1904), 1997.
- \_\_\_\_\_. *A Seca de 1915*. Fortaleza – ce: Edições UFC, 1980.
- \_\_\_\_\_. *História das Secas no Ceará (1877-1879)*. Rio de Janeiro, Imprensa Inglesa, 1922.
- MENEZES, Antonio Bezerra de. *Descrição da Cidade de Fortaleza*. Fortaleza: UFC/ Casa de José de Alencar, 1992.
- POMPEU, Thomas. *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara. (Fac. Sim. De ed. publicada em 1904, tomos I e II), 1997.
- AZEVEDO, Otacílio. *Fortaleza Descalça*. Reminiscências. Fortaleza: Edições UFC, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Crônica da Fortaleza e do Ceará Grande*. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

#### MANUSCRITOS

- ACERVO: Arquivo Público do Estado do Ceará/APEC. SETOR: Histórico.
- Códigos de Posturas, Correspondências, Inventários, Legislação Estadual, Matrículas e Censos.
- Arrolamentos da Freguesia de São José da Cidade de Fortaleza. Empreendido pelo chefe de Polícia da Província Dr. Araújo Torreão em 1887. Fundo: Secretaria de Polícia. Ala: Estante: Livro(s) nºs 382, 383, 384, 385, 444.
- Códigos de Posturas da Câmara Municipal da Cidade de Fortaleza. APEC – Fundo: Câmara Municipal de Fortaleza. Série: Correspondências Expedidas (1846 – 1871). Ala: 20. Estante: 429. Caixa: 38.

#### BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Otacílio de. *Fortaleza Descalça: reminiscências*. 2.ª ed. – Fortaleza, UFC/ Casa José de Alencar, 1992.
- MENEZES, Antonio Bezerra de Menezes. *Descrição da Cidade de Fortaleza* Edições UFC/ Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1992.

- ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- ALENCAR, Edigar de. *Fortaleza de Ontem e Ante-Ontem*. Fortaleza, Edições UFC, 1980.
- ALBUQUERQUE, Mozart Soriano. *História Abreviada de Fortaleza*. Fortaleza, Edições UFC, 1982.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. "Palavras que calcinam palavras que dominam: a invenção da seca no Nordeste". In: *Revista da ANPUH*. São Paulo: Marco Zero, v.14, nº28, 1994.
- BARBOSA, José Policarpo. *História da Saúde Pública no Ceará*. Fortaleza, EUFC, 1994.
- BRESCIANI, Maria Stella. "A cidade das multidões, a cidade aterrorizada." In: PECHMAN, Robert Moses(org.) *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: EUFRJ, 1994.
- BRAZIL, Thomaz Pompeu de. *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. Edição Fac-similar, 1997 – T.I. e T.II.
- BEZERRA, José Tanísio Vieira. *Quando a ambição Vira Projeto: Fortaleza entre o progresso e o caos (1846/1879)*. São Paulo, 2000, 185 p. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, 2000.
- COLARES, Otacílio. *Crônicas de Fortaleza e do Siará Grande*. Fortaleza, Edições UFC, 1980.
- CORREIA, Daniel Camurça. *Ôi, Tá Vendendo!: O cotidiano dos trabalhadores das ruas da cidade de Fortaleza (1877-1910)*. Dissertação de mestrado defendida na PUC/SP, 2003.
- CASTELO, Plácido Aderaldo de. *História do Ensino no Ceará*. Monografia N° 22. Fortaleza-Ce Departamento de Imprensa Oficial, 1970.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Petrópoles, RJ: Vozes, 1994.
- CHAVES, Olivenor Souza. *Fortaleza e os Retirantes da Seca de 1877-79*. Recife: mimeo, 1995.
- CARDOSO, Gleudson Passos. *As Repúblicas das Letras Cearenses. Literatura, Imprensa e Política. (1873-1904)*. Fortaleza: Dissertação de mestrado em História pela PUC, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Trad. Lígia M. Pondé Vassalo, Petrópoles: Ed. Vozes, 1977.
- FREYRE, Gilberto. *Vida Social no Brasil nos Meados do Século XIX*. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro, Record, 1995.
- GIRÃO, Raimundo. *Geografia Estética de Fortaleza*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1959.
- \_\_\_\_\_. *A Abolição no Ceará*. Fortaleza: Pref. Municipal de Maracanaú, 4º ed. 1988.
- LEMENHE, Maria auxiliadora. *As Razões de uma Cidade: conflito de hegemonias*. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1999.
- MATOS, Mª Izilda S. Na trama urbana: do público, do privado e do íntimo. *Projeto História*. São Paulo: Educ, nº 13, 1996. Pp. 129-149.
- MOTA, Felipe Ronner P. Imlau. *Progresso, Calamidade e Trabalho: confrontos entre cidade e sertão em fins dos oitocentos (Fortaleza/1850-1888)*. Dissertação de Mestrado PUC/SP, 2003.
- MORAIS, Viviane Lima de. *Razões e Destinos da Migração: trabalhadores e emigrantes cearenses pelo Brasil no final do século XIX*. Dissertação de mestrado, PUC/SP, 2003.
- NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História: saques e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000, p.25.
- PIMENTEL, José Ernesto. *Urbanidade e Cultura Política. A Cidade de Fortaleza e liberalismo cearense no século XIX*. Fortaleza: ed. UFC, 1998.
- PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: Reformas Urbanas e Controle Social (1860 – 1930)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf Editora Ltda., 1993.
- SOUZA, Josinete Lopes de. *Da Infância Desvalida a Infância Delinqüente (1865-1929)*. Dissertação de Mestrado em História Social. São Paulo, PUC, 1999.
- THEÓPHILO, Rodolpho. *Variola e Vacinação no Ceará*. Ed. Fac-similar, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Libertação do Ceará: queda da oligarquia accioly*. Ed. Fac-similar, 1906.
- \_\_\_\_\_. *História da Seca no Ceará (1877-1880)*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.
- TRINDADE, Maria Barboza Judite. "O abandono de criança ou a negação do óbvio". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 19, nº37, 1999, p.35-58.
- WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade na História e na Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1973.
- WEYNE, Walda. *Imprensa e Ideologia: o papel dos jornais cearenses na transição Monarquia/República*. Fortaleza: UFC/NUDOC, 1990.